

CONCEPÇÕES SOBRE O TEMA SEXUALIDADE DE GRADUANDOS(AS) DOS ANOS INICIAL E FINAL DO CURSO DE PEDAGOGIA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Autor:

Matheus Estevão Ferreira da Silva
*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Bolsista FAPESP.
matheus.estevao2@hotmail.com*

Orientadora:

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo
*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.
tamb@terra.com.br*

Simpósio Temático nº 21 – Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade Na Formação Docente

RESUMO

Abordam-se resultados parciais de uma pesquisa concluída que investigou a formação em gênero e sexualidades de graduandos(as) dos anos inicial e final do curso de pedagogia de uma Universidade pública do estado de São Paulo. Tem-se como objetivo apresentar as concepções desses sujeitos sobre o conceito de sexualidade, relacionando os conceitos evidenciados em suas concepções com a produção da literatura feminista e *queer*. Para isso, exploram-se resultados obtidos mediante a aplicação de um questionário composto por perguntas abertas, que foi elaborado durante a pesquisa. Junto à literatura consultada, recorreu-se à técnica de Análise de Conteúdo (AC) para guiar a análise dos dados coletados com esse instrumento. Ressalta-se que as concepções dos(as) graduandos(as) sobre o conceito de sexualidade distribuíram-se em cinco principais conceitos: sexualidade como 1) sexo biológico; 2) desejo sexual; 3) prazer sexual; 4) identidade; e 5) direito. Embora parte das concepções identificadas estejam presentes na literatura consultada, durante a análise requereu-se fundamentação em produções de outras literaturas, cujas perspectivas teóricas não são consideradas feministas no estudo da sexualidade. Concluiu-se que os(as) participantes não pareceram deter uma formação em sexualidade fundada no conhecimento científico proveniente das produções da literatura feminista e *queer*, visto que não houve evocação de qualquer teoria ou autor(a) da literatura que pudesse subsidiar suas concepções.

Palavras-chave: Educação, Sexualidade, Formação Inicial Docente, Pedagogia.

ABSTRACT

Partial results of a completed research that investigated the formation in gender and sexualities of undergraduates in the initial and final years of the pedagogy course at a public university in the state of São Paulo are discussed. The objective is to present the conceptions of these subjects about the concept of sexuality, relating the concepts evidenced in their conceptions with the production of feminist and queer literature. For this, the results obtained through the application of a questionnaire composed of open questions, which was elaborated during the research, are explored. Along with the literature consulted, the Content Analysis (CA) technique was used to guide the analysis of the data collected with this instrument. It is noteworthy that the conceptions of undergraduates about the concept of sexuality were distributed into five main concepts: sexuality as 1) biological sex; 2) sexual desire; 3) sexual pleasure; 4) identity; and 5) right. Although part of the identified conceptions are present in the consulted literature, during the analysis a foundation was required in productions from other literatures, whose theoretical perspectives are not considered feminist in the study of sexuality. It was concluded that the participants did not seem to have an education in sexuality based on scientific knowledge from the productions of feminist and queer literature, as there was no evocation of any theory or author of the literature that could support their conceptions.

Keywords: Education, Sexuality, Initial Teacher Training, Pedagogy.

INTRODUÇÃO

Este texto resulta de uma pesquisa de Iniciação Científica concluída, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)¹, que teve como objetivo investigar a formação de graduandos(as) em Pedagogia sobre as temáticas de gênero e sexualidades e suas atitudes diante da diversidade sexual e de gênero na escola, ao mesmo tempo que as relacionando com sua formação ética do ponto de vista do desenvolvimento moral, nas abordagens kohlberguiana e neo-kohlberguiana (KOHLBERG, 1992; REST et al., 1999).

Essa pesquisa dispôs de caráter tanto inédito, tendo em vista que não se encontrou outro estudo com delineamento teórico e metodológico semelhante na literatura, quanto interdisciplinar, vinculando-se aos seguintes campos de estudos e conhecimentos: 1) Educação em direitos humanos, 2) Estudos de Gênero e 3) Psicologia do Desenvolvimento Moral.

O debate que se travava a nível nacional, no contexto da elaboração de políticas públicas, entre os anos de 2014 e 2015, foi o estopim para o desenvolvimento dessa pesquisa, em que se decidia a retirada dos termos gênero e orientação sexual dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação. Ao final, ambos termos foram suprimidos e substituídos por uma redação mais genérica sobre desigualdades sociais.

Diante daquela conjuntura política, vivenciada na história recente, ficou evidente a perseguição à presença desses e outros temas relativos à diversidade humana na Educação brasileira, o que já era apontado por pesquisas recentes da literatura (DINIS; CAVALCANTE, 2008; COSTA; RIBEIRO, 2011; ORIANI, 2013; CASTRO, 2016), quanto às dificuldades para se efetivar, na escola principalmente, políticas públicas educacionais que os contemplam, como também pontuado em trabalho anterior (SILVA; BRABO; MORAIS, 2017).

Uma dessas políticas públicas deferidas legalmente no país que estão voltadas à diversidade é a educação em direitos humanos (EDH), em vigência desde o ano de 2006 (BRASIL, 2007; 2012; 2013). Nesse sentido, na pesquisa concluída, os temas gênero e sexualidades foram abordados como um problema da EDH.

Essa proposta educacional, que tem como objetivo a transformação social por meio da formação de sujeitos de direitos, tem seu desenvolvimento previsto a todos os níveis de ensino do sistema educacional brasileiro. Além da temática homônima que seu nome carrega, a EDH é orientada de modo a contemplar outros temas, como gênero e sexualidades, os quais devem ser desenvolvidos juntos aos e na perspectiva dos direitos humanos.

Um dos documentos estruturantes da educação em direitos humanos no Brasil, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), prevê, como um dos objetivos dessa educação, a superação de desigualdades sociais presentes na realidade brasileira, muitas delas caracterizadas pela “[...] intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras” (BRASIL, 2013, p. 21). Logo, no trabalho pedagógico a ser desenvolvido a partir da educação em direitos humanos, abordar gênero e sexualidades é tratar dos direitos dos sujeitos que protagonizam ambos os temas: mulheres e LGBTs², além outras questões relacionadas.

Confirmada pela investigação empírica realizada, uma das hipóteses da pesquisa foi de que as chances de a EDH ser efetivada diminuem quando ela é acompanhada pelos temas de gênero e sexualidades, uma vez que sua abordagem nas instituições de ensino depende dos conhecimentos e das disposições de docentes, entre os(as) principais profissionais responsáveis por essa abordagem, para com ambos temas e seus sujeitos protagonistas.

Tal como ressalta Furlani (2016, p. 24), uma educação em gênero e sexualidades baseada na perspectiva dos direitos humanos é aquela que “fala, explicita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades ‘excluídas’. Trata-se de um processo educacional que é assumidamente político e comprometido com a construção de uma sociedade melhor, menos desigual, mais humana”.

No caso do curso de Pedagogia, que forma os(as) professores(as) que atuarão nos níveis de ensino da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, algumas pesquisas (ORIANI, 2011; CASTRO, 2016) demonstram certa insuficiência dessa formação em prepara-los(as) para trabalhar com os temas e, em especial, lidar adequadamente com o público da diversidade sexual e de gênero na escola.

Como ressaltado anteriormente (SILVA; BRABO; MORAIS, 2017, p. 1279), a atuação do(a) profissional em Pedagogia tem papel crucial para essa efetivação, pois a escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental I evidencia-se como o primeiro “[...] agente de socialização coletivo para com a diversidade fora do seio familiar, em que a educação em direitos humanos tem início. Se desde lá essa educação é prejudicada ou desvirtuada, os preceitos previstos por essa educação, definitivamente, não se consolidarão”.

Na fase de investigação empírica da pesquisa, para cumprimento dos critérios e objetivos anunciados, utilizaram-se os seguintes instrumentos para coleta de dados: grupos focais, técnica qualitativa de pesquisa; um questionário, composto por perguntas abertas e dilemas morais na proposta kohlberguiana (BLATT; KOHLBERG, 1975); e o *Defining Issues Test 2* (DIT-2), instrumento quantitativo fechado e validado no Brasil de medida do juízo moral.

Então sumariamente aqui exposta qual foi a proposta dessa pesquisa, ressalta-se que, devido aos limites do presente texto, aplicaram-se dois recortes para a divulgação de seus resultados. O primeiro recorte é em relação à divulgação dos resultados obtidos somente com um dos instrumentos utilizados, o questionário, o qual foi utilizado para cumprimento da primeira parte do objetivo da pesquisa: investigar a formação em gênero e sexualidades de graduandos(as) em Pedagogia, de forma a verificar se o estado dessa formação se encontra adequada ou não com base na literatura e documentos oficiais pertinentes.

Em razão do questionário ter sido constituído por várias perguntas abertas e, ainda, por dilemas morais, não sendo possível produzir aqui uma discussão que abrangesse todos os resultados alcançados com o instrumento, o segundo recorte refere-se ao tratamento de apenas uma de suas perguntas abertas que o constituiu, a qual interrogava sobre o conceito de sexualidade.

Com a abrangência deste texto devidamente delimitada para a exposição dos resultados alcançados na pesquisa, objetiva-se tem-se como objetivo apresentar as concepções de graduandos(as) em Pedagogia, de uma Universidade pública paulista, sobre o conceito de sexualidade, relacionando os conceitos evidenciados em suas concepções com a produção da literatura feminista e *queer*.

METODOLOGIA

Sendo este texto um recorte de uma investigação empírica que consistiu em um trabalho de campo maior, apresentam-se, aqui, os resultados obtidos com um dos instrumentos utilizados: o questionário aberto. A elaboração desse questionário durante a pesquisa foi feita com base em quatro procedimentos: com base nos 1) resultados obtidos em duas sessões de grupo focal com graduandas(os) do mesmo curso que ambientou a pesquisa, momento precedente do trabalho de campo; na 2) literatura consultada dos temas abordados pelo instrumento, gênero e sexualidades; 3) nos questionamentos de dois juízes de instrumento; e na 4) aplicação de um teste piloto do questionário. Só depois de finalizados os quatro procedimentos desse momento preliminar do trabalho de campo, deu-se início à aplicação do questionário.

Como já ressaltado, o questionário foi composto por perguntas abertas e por dilemas morais para coleta e, por conseguinte, análise do processo formativo investigado tanto no plano abstrato – *o que pensam* sobre as temáticas de gênero e sexualidades –, quanto no plano da disposição para a ação – *como agiriam* diante da diversidade sexual e de gênero.

A aplicação do questionário foi feita no curso de Pedagogia de uma Universidade pública paulista, curso escolhido por critério de conveniência. Já as(os) participantes foram selecionados por meio da amostragem de etapas, que: “[...] pode ser utilizada quando a população se compõe de unidades que podem ser distribuídas em diversos estágios” (GIL, 2008, p. 93).

A partir da amostragem de etapas, elegeram-se para participação na pesquisa: as três turmas do primeiro ano (ingressantes) e as três do quarto ano (concluintes), uma do período matutino e duas do período noturno respectivamente, o que atribuiu à investigação o desenho transversal de pesquisa. Os questionários preenchidos foram recolhidos e, após a transcrição das respostas em um material textual que gerou nosso *corpus* de análise, verificamos o total de 165 questionários válidos, totalizando uma amostra de 165 sujeitos (N=165), parte das(os) 120 estudantes matriculadas(os) no primeiro ano e as(os) 120 estudantes no quarto ano do curso.

Cabe ressaltar, ainda, que em nossa pesquisa as temáticas de gênero e sexualidades foram tratadas como *conteúdo*, isto é, como um conjunto de saberes formados e acumulados historicamente pela humanidade e que pode ser adquirido pelas pessoas de forma a compor seu patrimônio intelectual. Essa observação se faz necessária devido a outra possibilidade de tratar ambas temáticas: como *perspectiva* (LEMOS DE SOUZA, 2017). Gênero e sexualidades como perspectiva, em síntese, referem-se ao modo de como as temáticas se inserem na vida e nos corpos das pessoas. Em pesquisa, ao invés de um tratamento das *representações mentais* em sentido genérico, *o que pensam*, como ocorre com gênero e sexualidades como conteúdo – e como aqui fizemos –, uma investigação que as tratam como perspectiva se direcionaria para *quem pensa o quê?* Então, nosso foco neste texto é o que eles pensam sobre o gênero enquanto conteúdo, sendo o gênero como perspectiva uma proposta para outra produção.

Por fim, sobre as formas de análise empregues nos dados coletados pelo questionário, para sua organização e interpretação, além de termos como base a literatura de gênero feminista, fizemos o uso de técnicas de análise específicas de acordo com a necessidade evidenciada em cada pergunta do instrumento elaborado. No caso das perguntas abertas, empregamos a técnica de análise categorial da Análise de Conteúdo (AC) (BARDIN, 2016). Bardin (2016, p. 14) define a AC como um conjunto de técnicas de análise, no plural, “[...] das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Dessa pluralidade de técnicas que constitui a AC, utilizamos daquela que é denominada de análise *categorial*. Com ela, seguindo-se sistematicamente seus procedimentos, pudemos gerar, a partir da análise das respostas à pergunta selecionada, categorias referentes às concepções dos sujeitos participantes sobre o conceito de sexualidade.

Tanto para a identificação das concepções guiada pela AC, assim como para sua análise, foram consultadas diferentes literaturas disponíveis que teorizam sobre sexualidade, de acordo com a demanda dos conceitos de sexualidade evidenciados nas concepções dos(as) participantes. Contudo, partimos primariamente da literatura feminista e *queer*, pois, no trabalho pedagógico no que se refere a sexualidade, gênero e outros temas relativos à diversidade humana, “[...] entendemos que os Estudos Feministas de gênero (em suas múltiplas perspectivas teóricas, mas que têm em comum o caráter político de igualdade) podem se constituir numa produtiva referência e serem adotados como bússola nas discussões acerca dos gêneros [e sexualidades]” (FURLANI, 2016, p. 40). Dessa forma, quanto mais a concepção de gênero de um(a) docente estiver subsidiada em um referencial científico feminista (HARDING, 1986; NOGUEIRA, 2017), mais são as chances de sua prática, oriunda dessa concepção, ser satisfatória no tratamento da diversidade sexual e de gênero na escola e no desenvolvimento de um trabalho que aborde o tema.

Caracterizada nossa metodologia, prosseguiremos agora para a exposição das análises e resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pergunta selecionada do questionário, sendo ela “O que você compreende por sexualidade? Ou seja, o que é sexualidade para você?”, refere-se ao questionamento sobre o conceito de sexualidade. A partir da aplicação da AC, as concepções dos(as) graduandos(as) sobre o conceito de sexualidade distribuíram-se em cinco principais conceitos: sexualidade como 1) sexo biológico; 2) desejo sexual; 3) prazer sexual; 4) identidade; e 5) direito. O quadro disposto a seguir apresenta essas categorias segundo sua frequência e porcentagem.

Quadro 1 – Categorias representativas das concepções de graduandos(as) em Pedagogia sobre o conceito de sexualidade a partir das respostas à pergunta selecionada do questionário

Categoria	Frequência	Porcentagem (%)
1. Sexualidade associada ao sexo biológico, desejo sexual e identidade de gênero	(23; n=92)	25%
2. Descoberta, autoconhecimento e aceitação do corpo e do desejo sexual	(13; n=92)	14,13%
3. Sexualidade como a relação e o ato sexual, a cópula, prazer	(18; n=92)	19,56%
4. Manifestação ou escolha do desejo e comportamento sexual	(46; n=92)	50%
5. Liberdade, direito sobre o próprio corpo e desejo sexual	(5; n=92)	5,43%;

Fonte: Dados da pesquisa

Primeiro, cabe ressaltar que do total de participantes da pesquisa (N=165), apenas 92 sujeitos responderam à pergunta em questão.

A categoria (1.) *Sexualidade associada ao sexo biológico, desejo sexual e identidade de gênero*, criada a partir dos indicadores das respostas dos sujeitos, referiu-se a uma concepção de sexualidade vinculada a uma roupagem iminentemente biológica, em que sexualidade foi associada ao sexo biológico, a anatomia do corpo, ao desejo sexual e, ainda, confundido com a identidade de gênero, relacionando o tema sexualidade e, ao mesmo tempo, confundindo-o com gênero. Essa confusão é retratada por Louro (1997, p. 26-27) quando argumenta que:

[...] é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.).

Já a categoria (2.) *Descoberta, autoconhecimento e aceitação do corpo e do desejo sexual*, manteve-se relacionada e, possivelmente, teve influência das ideias trazidas pela Educação Sexual em sua antiga e inicial proposta, higienista e biológica, voltada apenas para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez precoce, conforme salienta Furlani (2005). A categoria (3.) *Sexualidade como a relação e o ato sexual, a cópula, prazer*, relacionou-se, relativamente a categoria anterior, ao interpelar

frequentemente a relação heterossexual da vivência dos corpos, em que a Educação Sexual por tanto tempo ajudou a consolidar, ainda que mais recentemente tenha sido interrogada pelos seus estudos e expandida em suas propostas.

Nesse sentido, cabe salientar que a década de 1970, os debates a respeito da inclusão de temas na educação escolar relacionados ao corpo e à vivência da sexualidade tiveram um fortalecimento significativo, pois suas manifestações sempre se mostraram iminentes em vista das mudanças gradativas nos corpos dos(as) estudantes e dos questionamentos que esses(as) trazem sobre o tema durante o período de escolarização. E, dessa forma, verificando a necessidade de inserção do tema sexualidade no currículo escolar em meio àquele momento histórico.

A datar da década de 1960, pela influência dos movimentos sociais e das chamadas revoluções comportamentais, sexuais e estético-culturais (BORELLI et al., 2008), os trabalhos nas escolas sobre sexualidade ascenderam ainda mais, e agora em conjunto de uma literatura acerca do papel da educação em relação às demandas sexuais de crianças e jovens, intitulada de Educação Sexual. Momentos depois, na década de 1980 em diante, as demandas sexuais apenas se agravaram devido ao advento pandêmico do HIV/Aids. Devido ao potencial formativo da escola, a Educação Sexual, agora é promovida pelos dispositivos legais e normativos da educação, em outras palavras, passa a ser “oficializada”, com ênfase na prevenção da gravidez precoce e das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

Desse modo, de acordo com Furlani (2005, p. 195), já na década de 1990 a Educação Sexual no currículo escolar brasileiro passa a se tornar:

[...] oficial e institucionalizada com o lançamento dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), do Ministério da Educação, no ano de 1997. Com os PCNs, temáticas extra-disciplinares consideradas de relevância na educação da criança cidadã (preconizada e idealizada pela política educacional brasileira de inclusão) foram reunidas nos chamados Temas Transversais: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, estudos econômicos e orientação sexual (FURLANI, 2005, p. 195).

A categoria (4.) *Manifestação ou escolha do desejo e comportamento sexual*, esteve fortemente relacionada a um aspecto da sexualidade, em que os sujeitos que a conceberam dessa forma pensaram-na em seu aspecto de direcionamento do desejo humano: a orientação sexual, tópico o qual é foco do próximo eixo de análise dos dados coletados pelo questionário elaborado.

Finalmente, a categoria (5.) *Liberdade, direito sobre o próprio corpo e desejo sexual*, manteve-se relacionada em um sentido mais emancipatório no modo de conceber a sexualidade, mostrando-se mais próxima à literatura feminista e *queer* consultada sobre gênero e sexualidades. Furlani (2016, p. 22) ressalta que esse conceito de sexualidade passou a ser consolidado a partir do “avanço na organização de gays e lésbicas, ou dos movimentos feministas, na conquista de seus direitos – forçando mudanças em muitos setores da vida – tem sido cada vez mais observado no contexto da sociedade civil e jurídica”. E é nesse contexto que se reivindica, no campo educacional, trabalhos que envolvam uma concepção emancipatória de sexualidade, como esta, para a formação de crianças e adolescentes.

Vianna (2010, p. 155) ressalta que:

A escola sempre fez parte desse processo, ora negando a presença ou as expressões da sexualidade em seu interior, ora tentando acolher algumas de suas dimensões. Esse é o caso da chamada educação sexual, constante nas escolas, com diferentes enfoques e ênfases, desde a década de 1920. Contudo, a discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo escolar tem alguma visibilidade somente a partir de 1970. A retomada dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, repensar o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados, provavelmente em função do amplo processo de questionamento de valores e formas de organização social, expresso em mobilizações populares, juvenis e nos movimentos feministas em várias partes do mundo.

Ainda assim, não houve a interpelação de conceitos específicos ou citação de autores(as) da literatura que tratem da temática de sexualidade dessa maneira, nem mesmo foi identificado uma tradição intelectual feminista (ou não-feminista) que também aborde sexualidade dessa maneira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se que embora parte das concepções identificadas estejam presentes na literatura consultada, durante a análise requereu-se fundamentação em produções de outras literaturas, cujas perspectivas teóricas não são consideradas feministas no estudo da sexualidade.

A partir das concepções identificadas do grupo de graduandos(as) em Pedagogia participante, concluiu-se que os(as) participantes não pareceram deter uma formação em sexualidade fundada no conhecimento científico proveniente das produções da literatura feminista e queer, visto que não houve evocação de qualquer teoria ou autor(a) da literatura que pudesse subsidiar suas concepções.

Também preocupante é o resultado de que a maior parte dos sujeitos dispõem de concepções sobre sexualidade pouco potenciais para a contemplação do referido projeto de educação amparado legalmente, de uma Educação Sexual emancipatória e comprometida com um projeto de igualdade de direitos e respeito às diferenças, concepções pouco potenciais inclusive para o referido projeto de Educação em Direitos Humanos, que prevê a abordagem do tema sexualidade na perspectiva dos direitos humanos (BRASIL; 2007; 2012; 2013).

Como salientamos em trabalho anterior: “A Universidade tem parte da responsabilidade na produção das concepções de gênero [e sexualidades] de suas(seus) estudantes. Cabe, agora, analisar em que medida ela mesma não produz e reproduz essas concepções e questionar se seu currículo e Projeto Político-Pedagógico viabiliza o que os documentos oficiais pertinentes orientam e estipulam” (SILVA; BRABO; MORAIS, 2021, p. 19). E isso se tem feito em uma pesquisa seguinte, atualmente em desenvolvimento a nível de Mestrado³, para se obter mais resultados sobre essa formação no que se refere a gênero, sexualidade e também ética, no curso de Pedagogia e em outras graduações.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BLATT, Moshe M.; KOHLBERG, Lawrence. The effects of classroom moral discussion upon children’s level of moral judgment. **Journal of Moral Education**, v.4, n.2, p.129-161, 1975.

BORELLI, S. H. S. et al. O jovem sob três perspectivas: acadêmica, política e cultural. In: XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2008, p. 1-13.

BRASIL. Ministério da educação, conselho nacional de educação. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. **Estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.** CNE/CP: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano nacional de educação em direitos humanos.** Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos; Ministério da Educação; UNESCO, 2007.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano nacional de educação em direitos humanos.** 2. ed. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos; Ministério da Educação; UNESCO, 2013.

CASTRO, Roney Polato de. Educação, relações de gênero e sexualidades: experiências de estudantes de pedagogia. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 203-214, jan./abr. 2016.

COSTA, Ana Paula; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 475-489, maio/ago., 2011.

DINIS, Nilson Fernandes; CAVALCANTI, Roberta Ferreira. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação em pedagogia. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, maio/ago., 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FURLANI, Jimena. **O Bicho vai pegar!** – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula:** relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

HARDING, Sandra. **The science question feminism.** Ithaca and London: Cornell University Press, 1986.

KOHLBERG, Lawrence. **Psicologia del desarrollo moral.** Bilbao, Espanha: Editorial Desclée de Brower, 1992.

LEMONS DE SOUZA, Leonardo. Leituras periféricas: gêneros e sexualidades como expressões e saberes na educação escolar. In: IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL REDES: EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA – APRENDER-ENSINAR PARA UM MUNDO PLURAL E IGUALITÁRIO. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 1-12.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Devires, 2017.

ORIANI, Valéria Pall. **Direitos humanos e gênero na Educação Infantil: concepções e práticas pedagógicas**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, 2011.

REST, R. James; NARVAEZ, Darcia; BEBEAU, Muriel J; THOMA, Stephen J. **Postconventional moral thinking: a neo-kohlbergian approach**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da. **Educação em direitos humanos, gênero e sexualidades, e desenvolvimento moral na formação docente: conhecimentos, concepções e condutas de graduandos(as) em Pedagogia de uma universidade pública do estado de São Paulo**. 2019. 750 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, 2018.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; MORAIS, Alessandra de. Educação em direitos humanos e desenvolvimento moral na formação docente: a influência da religiosidade em tempos de “ideologia de gênero”. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. esp. 2, p. 1260-1282, nov., 2017.

SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; MORAIS, Alessandra de. Gênero na formação em Pedagogia: concepções de futuros docentes a partir de cinco conceitos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e234142, 1-22, 2021.

VIANNA, Cláudia Pereira. Gênero, sexualidade e cultura escolar: desafios para as políticas e práticas educativas. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (Org.). **Gênero, educação, trabalho e mídia**. São Paulo: Ícone, 2010. p. 151-171.

¹ A pesquisa teve como título *Educação em direitos humanos, gênero e sexualidades, e desenvolvimento moral na formação docente: conhecimentos, concepções e condutas de graduandos(as) em Pedagogia de uma universidade pública do estado de São Paulo*, financiada pela FAPESP pelo processo de n.º 2017/01381-9 e com vigência de 01/05/2017 a 31/12/2018 na linha de fomento de Programas Regulares de Bolsas no País em Fluxo Contínuo, e realizada sob orientação das Prof.ª Dr.ª Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo e Prof.ª Dr.ª Alessandra de Moraes.

² Neste artigo usaremos da sigla LGBT para referenciar a diversidade sexual e de gênero LGBTQIA+, que inclui lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais e etc.

³ Intitulada *Competência moral, gênero e sexualidades, e religiosidade na formação inicial pública paulista em Pedagogia e Psicologia*, essa pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo processo de n.º 131735/2020-9, no período de 01/03/2020 a 31/10/2020, e atualmente conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo processo de n.º 2020/05099-9, com previsão de vigência de

01/11/2020 a 31/01/2022, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Patrícia Unger Raphael Bataglia e co-orientação da Prof.^a Dr.^a Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo.